

DESIGUALDADE EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS: uma análise do ensino a distância à luz da Geografia

INEQUALITY IN CORONAVIRUS TIME: an analysis of distance learning in the light of Geography

PAULO BASTOS

Licenciado em Geografia (UERJ)

Mestre em Educação (UFRJ)

Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFF)

Pesquisador do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/UFF)

Professor das Redes Municipais de Araruama e Rio das Ostras

paulobastos73@gmail.com

RESUMO: A PRESENTE CRISE, CAUSADA PELA DISSEMINAÇÃO GLOBAL DO CORONAVÍRUS SARS-COV-2, IMPACTOU DE FORMA CONTUNDENTE A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS. PORÉM, SUAS CONSEQUÊNCIAS SÃO PERCEBIDAS DE FORMA DESIGUAL POR DIFERENTES ESTRATOS DA POPULAÇÃO, DEIXANDO AINDA MAIS EVIDENTE A PRECARIIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL. IMPEDIDO DE FUNCIONAR POR FORÇA DAS CIRCUNSTÂNCIAS, O SETOR DA EDUCAÇÃO OBSERVOU, A FIM DE MANTER UMA SUPOSTA FUNCIONALIDADE, SETORES GOVERNAMENTAIS E PRIVADOS RECORREREM AO EXPEDIENTE DO ENSINO A DISTÂNCIA, DESCONHECENDO A REALIDADE DE PARTE DO ALUNADO, E TAMBÉM AS DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DESTA MODALIDADE DE ENSINO. NESTE ARTIGO, BUSCAREI DEMONSTRAR QUE A ADOÇÃO DESTA MEDIDA EXPRESSA DESIGUALDADES SÓCIO- TERRITORIAIS PRESENTES NA SOCIEDADE, ALÉM DE INTERESSES PRIVADOS NA PROPAGAÇÃO DESTA MODALIDADE. CONSIDERO AINDA QUE ESSA CRISE ESTÁ INSERIDA EM UMA CONJUNTURA NEOLIBERAL DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. FINALMENTE, ENTENDO QUE ESTE CENÁRIO PODE E DEVE SER APREENDIDO À LUZ DA GEOGRAFIA E SEU ENSINO, POSTO SUA NATUREZA DE ANALISAR CRITICAMENTE A REALIDADE SOCIOESPACIAL E A PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO DO ESPAÇO.

PALAVRAS-CHAVE: PANDEMIA; NEOLIBERALISMO; POLÍTICAS PÚBLICAS; GEOGRAFIA; ENSINO A DISTÂNCIA.

ABSTRACT: THE PRESENT CRISIS CAUSED BY THE GLOBAL SPREAD OF THE SARS-COV-2 CORONAVIRUS HAS IMPACTED THE ORGANIZATION OF THE NATIONAL STATES IN A STRONG WAY. HOWEVER, ITS CONSEQUENCES ARE PERCEIVED UNEQUALLY BY DIFFERENT STRATA OF THE POPULATION, MAKING EVEN MORE EVIDENT THE PRECARIOUSNESS OF PUBLIC SERVICES IN BRAZIL. IMPEDED BY CIRCUMSTANCES, THE EDUCATION SECTOR OBSERVED, IN ORDER TO MAINTAIN A SUPPOSED FUNCTIONALITY, GOVERNMENT AND PRIVATE SECTORS RESORT TO THE EXPEDIENT OF DISTANCE EDUCATION, UNAWARE OF THE REALITY OF PART OF THE PUPIL, AND ALSO THE DIFFICULTIES OF IMPLEMENTATION OF THIS TYPE OF TEACHING. IN THIS ARTICLE, I WILL TRY TO DEMONSTRATE THAT THE ADOPTION OF THIS MEASURE EXPRESSES SOCIAL AND TERRITORIAL INEQUALITIES PRESENT IN SOCIETY, IN ADDITION TO PRIVATE INTERESTS IN THE PROPAGATION OF THIS MODALITY. I ALSO CONSIDER THAT THIS CRISIS IS INSERTED IN A NEOLIBERAL CONJUNCTURE OF INCOME CONCENTRATION AND DEGRADATION OF PUBLIC SERVICES. FINALLY, I BELIEVE THAT THIS SCENARIO CAN AND SHOULD BE UNDERSTOOD IN THE LIGHT OF GEOGRAPHY AND ITS TEACHING, GIVEN ITS NATURE OF CRITICALLY ANALYZING THE SOCIO-SPATIAL REALITY AND THE PRODUCTION/REPRODUCTION OF SPACE.

KEYWORDS: PANDEMIC, NEOLIBERALISM, PUBLIC POLICIES, GEOGRAPHY, DISTANCE LEARNING.

INTRODUÇÃO

O presente artigo nasce do acúmulo de pesquisas realizadas por mim na área de habitação popular desde o Doutorado na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, e também através de pesquisas realizadas no Núcleo de Projetos Habitacionais e Urbanos – NEPHU/UFF¹. A justificativa da colaboração presente neste trabalho reside justamente na observância de que a atual crise de saúde está inserida em um contexto maior de precarização dos direitos sociais, onde a moradia, bem como a educação, dentre outros, vem sofrendo, em especial nos últimos quarenta anos, com a consolidação da etapa atual do capitalismo, o neoliberalismo. Ou seja, a crise da pandemia global, neste trabalho, é enxergada dentro da crise capitalista contemporânea, onde os malefícios de anos de destruição do atendimento às populações mais carentes ficam amplificados devido ao contexto atual.

A presente crise, causada pela disseminação global do coronavírus SARS-CoV-2, impactou de forma contundente na organização dos Estados nacionais. Porém, suas consequências são diferenciadas e percebidas de formas segmentadas por diferentes estratos da população.

E é neste contexto de crise onde ficam ainda mais evidentes a precariedade dos serviços públicos, em especial os destinados às populações mais carentes da sociedade. O setor da educação, dada as circunstâncias, foi um dos serviços impedidos de se manter funcionando e assistiu, no Brasil, a fim de manter uma suposta funcionalidade, setores governamentais e privados recorrerem ao expediente do ensino a distância, demonstrando muitas vezes desconhecimento da realidade de parte do alunado, e também as dificuldades sociopedagógicas associadas à esta modalidade de ensino.

No presente artigo, baseado em Haesbaert (2020), Harvey (2016, 1992), Santos (2020), Carlos (2002), Maricato (2000), Santos (2001), Leher (2020), além de outros autores e dados colhidos na mídia

e no IBGE, buscarei demonstrar que a adoção desta medida tem expressado integralmente desigualdades socioterritoriais presentes na sociedade brasileira, além de procurar atender atores privados interessados na propagação desta modalidade, deteriorando ainda mais as condições da educação, em especial a pública neste país. Buscarei, ainda, argumentar, ao longo do texto, que essa crise atual está contida em uma conjuntura de concentração de renda e degradação das políticas e serviços públicos ocorridas principalmente nos últimos quarenta anos, com a consolidação do neoliberalismo e sua dinâmica de expropriação da riqueza.

Na parte final deste trabalho pretendo demonstrar que este cenário pode e deve ser apreendido à luz da Geografia e seu ensino, posto sua natureza de analisar, criticamente, a realidade socioespacial e a produção/reprodução do espaço, pois, como identificam Callai e Moraes (2017, p. 84) ao discutir educação geográfica, cidadania e cidade, o ensino de Geografia pode proporcionar possibilidades teóricas para entender o mundo e para as pessoas se entenderem como sujeitos nesse mundo, reconhecendo a espacialidade dos fenômenos sociais.

A DESIGUALDADE SOCIAL DEVISSADA PELA CRISE DO CORONAVÍRUS

No dia três de maio de 2020, um polido Luís Roberto Barroso, Ministro do Supremo Tribunal Federal, reconhecia, em entrevista à GloboNews², que a pandemia causada pelo coronavírus revelava as desigualdades sociais no Brasil. Talvez por retórica, ou quem sabe por distanciamento, o digníssimo jurista identificava com certo ar de surpresa o fenômeno atribuído a milhares de brasileiros que vivenciam diariamente a pobreza e a degradação dos serviços públicos, dentre eles a educação.

Deteriorações estas que, nos últimos quarenta anos, vem se intensificando com a consolidação de uma agenda neoliberal/ultraliberal, que cada vez mais, expropriando recursos públicos em prol da reprodução de lucros privados, deixa

como legado para as populações mais pobres dos países periféricos enormes prejuízos para se garantir o acesso a serviços essenciais como educação, moradia e saúde.

As mudanças presentes nesta etapa do capitalismo mundial irão proporcionar um conhecimento de mundo nunca antes alcançado (SANTOS, 2001, p. 31), mas ao mesmo tempo, proporcionarão novas capacidades de exploração das populações mais pobres, intensificando, portanto, as contradições permanentes do sistema de classes construído à sombra da evolução do capitalismo. Estas condições irão garantir novos impactos junto ao espaço e ao modo de viver das pessoas.

Em um processo dialético, esses movimentos promoverão, em diferentes níveis, concentração versus fraturas/segregações, imposições em contraposição ao direito democrático das pessoas, mercantilização em detrimento da função social do Estado, suscitando, portanto, novas contradições e paradigmas que desestruturarão os Estados, de forma diferente, dependendo do nível socioeconômico experimentado por cada um desses.

Observamos, portanto, a exacerbação de um modelo neoliberal, cada vez mais concentrador e ávido por recursos públicos, que tem como resultado, em escala global, o intenso ataque promovido contra as funções sociais do Estado. Por causa disso, setores como a educação, saúde e moradia, dentre outros, desde o final dos anos 1970, vem sendo paulatinamente entregues à regulamentação do mercado.

Harvey (2016), ao analisar as condições que levaram os Estados a prover e garantir o acesso público a esses setores, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, discorre sobre um “consenso neoliberal” que vem se consolidando, ameaçando garantias sociais e gerando ainda maiores tensões ao redor do mundo.

Por detrás disso está o terreno movediço da opinião pública e das políticas públicas sobre o papel que o Estado deve desempenhar na provisão pública de

valores de uso adequados para satisfazer as necessidades básicas da população. Na década de 1970, começou a surgir (ou se impor) um “consenso neoliberal” de que o Estado deveria eximir-se da obrigação de provisão pública em áreas tão diversas como habitação, saúde, educação, transporte e abastecimento (água, energia e até mesmo infraestrutura). O objetivo era abrir essas áreas à acumulação de capital privado e à primazia do valor de troca (HARVEY, 2016, p. 33).

Sustentados por “motores” e “suportes” diferenciados de outros períodos do capitalismo (SANTOS, 2001, p. 34), o período compreende a invasão de ideias e de novas possibilidades de difusão através de aparelhos tecnológicos avançados como os satélites, computadores e elementos de robótica. Tais princípios admitirão novas possibilidades de penetração em diversas camadas da sociedade, alterando padrões e criando novos paradigmas referentes à reprodução do capital mundial.

Ao se referir a uma apropriação imprecisa da realidade causada por este período do capitalismo mundial, Santos (2001) sugere que elementos surgidos neste período podem proporcionar diferentes percepções e que poderão alterar substantivamente padrões, sistemas e parâmetros anteriormente percebidos, suscitando novas lógicas que permearão novas visões de realidade por parte de diferentes parcelas da população mundial.

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação (Maria da Conceição Tavares, Destruição não criadora, 1999). A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.

Damos aqui alguns exemplos. Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias — para aqueles que realmente podem viajar — também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 18-19).

Porém, como sabemos, o mundo não se tornaria ao alcance de todos. Os interesses do mercado mundial ganhariam condições mais adequadas de se estabelecerem em quase todos os lugares do planeta. O novo patamar técnico alcançado pela humanidade proporcionou, de fato, novas perspectivas às grandes empresas globais que monopolizam a produção, a mídia e todo o setor financeiro.

Diante desta realidade Santos (2020), ao discutir os desdobramentos da crise de saúde mundial, afirma que ela está contida dentro de uma crise maior, permanente, a do capital que tem como propósito concentrar renda e boicotar medidas para impedir a iminente catástrofe ecológica:

Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica tudo o resto. Por exemplo, a crise financeira permanente é utilizada para explicar os cortes nas políticas sociais (saúde, educação, previdência social) ou a degradação dos salários. E assim obsta a que se pergunte pelas verdadeiras causas da crise. O objectivo da crise permanente é não ser

resolvida. Mas qual é o objectivo deste objectivo? Basicamente, são dois: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. Assim temos vivido nos últimos quarenta anos. Por isso, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade. Em muitos países, os serviços públicos de saúde estavam mais bem preparados para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos do que estão hoje (SANTOS, 2020, p. 5-6).

O autor ainda critica o papel do Estado, que abre mão de oferecer serviços sociais, destacando um enfraquecimento que pode ser evidenciado neste momento de enfrentamento ao coronavírus:

Esta versão do capitalismo sujeitou todas as áreas sociais — sobretudo saúde, educação e segurança social — ao modelo de negócio do capital, ou seja, a áreas de investimento privado que devem ser geridas de modo a gerar o máximo lucro para os investidores. Este modelo põe de lado qualquer lógica de serviço público, e com isso ignora os princípios de cidadania e os direitos humanos. Deixa para o Estado apenas as áreas residuais ou para clientelas pouco solventes (muitas vezes, a maioria da população) as áreas que não geram lucro. Por opção ideológica, seguiu-se a demonização dos serviços públicos (o Estado predador, ineficiente ou corrupto); a degradação das políticas sociais ditada pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado; a privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos que restaram por não interessarem ao capital. E chegámos aos nossos dias com os Estados sem capacidade efectiva para responderem eficazmente à crise humanitária que se abateu sob os seus

cidadãos. A fractura entre a economia da saúde e a saúde pública não podia ser maior (SANTOS, 2020, p. 24).

Em entrevista à ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Fontes (2020) destacava que antes de falar da crise sanitária era necessário lembrar que já estávamos ingressando numa nova crise capitalista, que resultaria na implosão da vida social.

Dada a insuficiente abrangência dos serviços públicos, somada à única medida reconhecidamente eficaz, o confinamento das pessoas em casa, a despeito de iniciativas negacionistas do executivo federal, muitos serviços foram fechados, levando inclusive uma grande massa de trabalhadores a se arriscar por necessidade de trabalho, revelando o que Haesbaert (2020), em um artigo publicado no site da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Campinas, designa como a desigualdade entre os que podem ficar isolados, hipoteticamente “imunizados” nos territórios-abrigo de suas casas, e aqueles que, sem a garantia de seus territórios-recurso, são obrigados a atravessar a cidade para assegurar a alimentação, a saúde, a limpeza ou a segurança para toda a população.

Na área da educação, a parada compulsória foi imediata, e contundente dada a inegável natureza de seu público, que além de poderem ser infectados, poderiam se tornar vetores de contaminação para suas famílias.

Porém, a fim de dar conta da manutenção do funcionamento do sistema educacional, setores governamentais, de diferentes níveis, e privados passaram a reconhecer na modalidade de Ensino a distância uma alternativa adequada para dar prosseguimento aos estudos em todos os níveis, fundamental, médio e superior.

E neste ponto podemos encontrar, novamente, contradições presentes na sociedade brasileira, expressas em desigualdades sociais, regionais e econômicas, pois a renda, bem como o acesso à internet e seus objetos de acesso são observados de forma irregular pela população,

como demonstram os números coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e também através de colaborações acadêmicas.

Em vinte e dois de abril deste ano, o Coletivo de Estudos em Marxismo e educação – COLEMARX³, associado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRJ, coordenado pelo Professor Roberto Leher, lançava um artigo em defesa da educação pública, onde anunciava que os trabalhadores não deveriam aceitar as aulas remotas (COLEMARX, 2020). O referido texto alertava para a necessidade de se afastar falsas soluções para o problema ocasionado pela suspensão das aulas, e mesmo reconhecendo como fundamental o direito à internet no século XXI, argumentava que muitos outros direitos necessários, como acesso à água, moradia, transporte entre outros, ainda não haviam sido contemplados de forma integral (COLEMARX, 2020, p. 8). Mais à frente, o trabalho denunciava que organismos do mercado mundial “hábeis” em soluções para manter sua agenda, recomendavam a adoção de medidas concernentes a soluções privadas, que os países deveriam adotar para superar as dificuldades no campo da educação durante a pandemia:

Que sejam revistos os marcos regulatórios do ensino a distância, de forma que os pacotes de ensino remoto de entidades empresariais sejam reconhecidos como uma alternativa à instrução presencial na contagem dos dias letivos. Tanto o Banco Mundial quanto a UNESCO, disponibilizam lista de dezenas de produtos e serviços fornecidos por fundações e grupos empresariais, concedendo destaques a alguns. Recebem destaque os serviços da Khan Academy, cujos financiadores são a Fundação Bill e Melinda Gates, Fundação Lemann, Fundação Valhalla, Bank of America, Google, a empresa de telefonia AT&T e a indústria farmacêutica Novartis. No Brasil, identificamos que as redes estaduais de educação do Ceará e Mato do Grosso

do Sul utilizam os seus serviços. Além da Khan Academy, a Fundação Lemann também se faz presente em 20 estados brasileiros por meio de parcerias com as secretarias estaduais para o fornecimento da Plataforma Rede Escola Digital. Desta forma, nos documentos elaborados para o enfrentamento da COVID-19, os organismos internacionais abandonam o “verniz” de imparcialidade e se aproveitam da pandemia para fazer marketing e vender serviços. Que se conceda maior flexibilidade nos contratos e na organização do trabalho dos professores, de forma que possam conjugar a prestação de serviços educacionais, apoio social, colaboração com outros professores e suporte às famílias. Recomenda que, nos casos em que se utilizem programas de televisão como meio educacional, o trabalho pedagógico do professor possa ser substituído por outros profissionais como atores, músicos ou médicos, ficando o professor responsável por tirar dúvidas e fazer contato com as famílias por meio de mensagens de email ou por telefonia (SMS). Que os currículos da formação de professores sejam ajustados para flexibilizar a carga horária do estágio docente; Que se flexibilize a regulamentação dos fundos de forma a permitir o uso de recursos para auxiliar os pais a se formarem como tutores e a criar caminhos alternativos para a formação de professores. (COLEMARX, 2020, p. 9)

Poderia causar espanto em leitores mais desavisados a celeridade de formulação de uma agenda para oferecer soluções, organizadas em um tempo tão diminuto, porém, como podemos observar na citação acima, as “soluções” oferecidas nada são do que mais do mesmo, pautas sugeridas para incutir sua ideologia neoliberal, garantindo um controle sobre a educação, e que deveria servir, em última instância como instrumento de reprodução de novos lucros para atores privados. Nela estão presentes a ampliação da ferramenta de Ead, flexibilização do

trabalho dos professores, utilização de diferentes ferramentas tecnológicas para substituir o trabalho docente, e todas elas organizadas em conluio com o Estado.

Ainda no texto do COLEMARX (2020, p. 16), podemos ler que o Comitê Gestor da Internet⁴ no Brasil afirmava ser falsa a universalização da internet no Brasil, informação corroborada pelo Observatório Social da COVID-19, recém-criado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich- UFMG)⁵.

A fim de garantir a comprovação desta realidade, foram coletados dados junto ao IBGE, sobre acesso à internet e o número de matrículas nas redes públicas e privadas de ensino.

A seguir observaremos as tabelas organizadas pelo autor que demonstram a desigualdade no acesso à internet pelo público de estudantes por regiões do Brasil. Para isso foram consultados os números dos estudantes por rede (público ou privada), para depois analisarmos o percentual de acesso dos mesmos à internet no mesmo período pesquisado, o 4º trimestre do ano de 2018⁶.

Ao analisarmos os números em tela, podemos inferir que existem enormes disparidades no acesso à internet pelos discentes no Brasil, bem como é fácil perceber desigualdades regionais também presentes.

Ao compararmos inicialmente o número total de estudantes que acessaram a internet no último trimestre de 2018, observamos que na rede pública, de um total de 25,5 milhões de estudantes, somente 20,8 milhões o fizeram, gerando uma defasagem em mais de 4,5 milhões de estudantes, ou seja, cerca de 18,27% do total de estudantes da rede pública no país não tinham acesso à internet no final do ano de 2018. Ao somarmos com os números da rede privada nacional, temos um número de 4,8 milhões de discentes aliados desta ferramenta.

Já na rede privada, 98,5% dos estudantes tinham acesso à internet no mesmo período, deixando de fora um número de 162.000 discentes.

Regionalmente, estas disparidades também podem ser confirmadas, ao comparar a

Estudantes	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total de alunos com mais de 10 anos	36.208.000	3.845.000	10.520.000	14.026.000	4.873.000	2.944.000
Rede Pública	25.545.000	3.055.000	8.001.000	9.189.000	3.276.000	2.023.000
Rede Privada	10.663.000	791.000	2.519.000	4.836.000	1.596.000	921.000

Tabela 1- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a condição de estudante e a rede de ensino que frequentavam - 4º trimestre de 2018 (em valores absolutos- em milhões)

Fonte: IBGE, 2020. Elaboração: O autor, 2020.

Estudantes	BRASIL	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Rede Pública	20.877.000	1.997.000	5.872.000	8.305.000	2.926.000	1.776.000
Rede Privada	10.471.000	756.000	2.451.000	4.776.000	1.581.000	907.000

Tabela 2- Pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a condição de estudante e a rede de ensino que frequentavam - 4º trimestre de 2018 (em valores absolutos- em milhões)

Fonte: IBGE, 2020. Elaboração: O autor, 2020.

menor rede (Centro-Oeste) com a maior (Sudeste), onde observamos que na Região Centro-Oeste 98,47% dos alunos da rede privada tinham acesso, ou seja, de 921 mil, 907 mil alunos acessavam à internet, já na rede pública, 13% dos estudantes, ou 247 mil alunos não tinham acesso.

Na região Sudeste, tínhamos em 2018 cerca de 65% dos estudantes da referida região matriculados na rede pública, e destes 8,3 milhões de alunos em estabelecimentos públicos, 884 mil não acessavam neste período, ou seja cerca de 10%, enquanto na rede privada na mesma região, esta defasagem era de 1,3%, ou seja, 60 mil discentes não tinham acesso.

Ao compararmos os números totais das grandes regiões do país neste período podemos

observar grandes desigualdades regionais de acesso à internet entre elas, pois temos, segundo os dados obtidos, os seguintes números de defasagem, ou seja alunos que não tinham acesso à internet no referido período (aqui somados os da rede pública com os da rede privada): **Região Norte: 28,4% (1 milhão); Nordeste 20% (2.1 milhões); Sudeste: 8,9% (942 mil); Sul: 7,5 % (366 mil); Centro Oeste: 8,8% (261 mil).**

Neste ponto do trabalho, já podemos relacionar os dados obtidos com o estudo de Geografia Regional, oferecido às séries finais do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio, pois fica evidente as discrepâncias observadas pelo território nacional, onde a Região Nordeste, historicamente marcada por graves conflitos

sociais e agrários, possui mais de dois milhões de estudantes sem acesso à internet. Outro número que salta aos olhos, está relacionado à Região Norte, onde podemos inferir que esta defasagem também pode estar relacionada às dificuldades locais de implementação de uma rede de objetos técnicos capazes de atender à cobertura de acesso da população, mas que também pode estar relacionada às condições econômicas desta.

Um segundo ponto, nevrálgico nesta etapa do trabalho, é identificar que, dada a concentração de estudantes nas redes públicas, somente expandindo seus produtos em direção a este setor, os grandes conglomerados de comunicação e tecnologia poderão garantir uma maior reprodução de sua riqueza, ou seja, tão somente estes atores efetivamente consigam garantir a expropriação dos sistemas públicos é que eles efetivamente conseguirão amplificar seus lucros. É importante considerar, portanto, que apesar de sua aparência hegemônica, o modo de produção capitalista pode imputar grandes desequilíbrios sociais (AGUIAR E BASTOS, 2012).

É importante também compreender que mesmo antes da pandemia do novo coronavírus, setores governamentais e privados expandiam suas ideias referentes à participação de atores privados na educação, deteriorando ainda mais as condições de educação, em especial a pública no país. Porém, em um momento de crise, onde grande parte das pessoas estão absortas diante das questões de saúde e políticas, fica ainda mais compreensiva a implantação destas ferramentas, quase que como um cenário perfeito apto a servir de “laboratório” para essa experiência.

Sousa (2018), ao analisar as experiências privadas no âmbito das políticas públicas de habitação sustenta que administradores urbanos, principalmente das metrópoles nacionais, vêm sofrendo pressão para garantir a adesão dos territórios aos desígnios do mercado, imputando uma lógica crescente de inovações vislumbradas pelos atores privados.

O processo de ajuste do capitalismo financeiro e globalizado tem requerido

dos administradores urbanos a adoção de medidas voltadas para fazer frente aos constrangimentos financeiros consequentes. Tal tendência tem afetado as metrópoles, com destaque para as da periferia do capitalismo, que vêm sendo utilizadas como experiência para um conjunto de inovações que, por sua vez, buscam criar novas fontes de recursos capazes de alimentar iniciativas voltadas à inserção de tais metrópoles no cenário mundial (SOUSA, 2018, p. 11).

Mesmo se referindo a outra política pública, a moradia, o trecho exposto nos ajuda a pensar como este momento pode ser apropriado para a ampliação dos interesses privados na educação, onde setores governamentais ainda defendem de forma tão contundente um maior alinhamento do Estado e suas funções com os propósitos do mercado mundial.

Ao criticar as deliberações do Conselho Nacional de Educação, na edição de 04 de maio de 2020, da revista Carta Maior, que garantiam apoio à expansão do atendimento das redes pelas iniciativas de EaD, Leher (2020) garante que tal iniciativa se destina a conferir uma falsa ideia de normalidade, constrangendo, ainda mais, trabalhadores a atenderem o chamado para a retomada das atividades de trabalho, bem como causava perplexidade que isto estivesse acontecendo neste momento de “arranque” da pandemia no país.

A tentativa de difundir no senso comum a crença de que as escolas e as universidades estão funcionando normalmente, por meio de aulas remotas e educação a distância (EaD), é crucial, decisiva e fulcral para o fim do isolamento social sem preocupação com a vida, como quer o governo Federal. Somente antecipando uma falsa normalidade do sistema educacional será possível pressionar os trabalhadores a retornarem aos seus postos de trabalho, embora o país ainda esteja na parte inferior da curva que anuncia um pico de

proporções catastróficas, conformando uma política de morte [...] Causa perplexidade que o CNE tenha elaborado orientações para que todas as escolas e universidades realizem ensino remoto massivo, ignorando que o país está na fase inicial do arranque do crescimento da mortal pandemia que, infelizmente, irá se agravar muito nas próximas cinco a dez semanas, o que significa, mais infectados e, tragicamente, mais mortos. Estranhamente, o Parecer abstrai os efeitos das interações entre a imensa crise econômica e a pandemia, tema sequer esboçado no Parecer (LEHER, 2020).

Este cenário converge para um acúmulo que pode servir para análises geográficas posteriores e também para a educação geográfica, pois como observam Callai e Moraes (2017, 83-84), diante dos desafios do ensino de Geografia em um mundo cada vez mais rápido e “fluído”, interessa para o estudante compreender o lugar em que vive e, no mesmo caminho, fazer a abstração de modo a construir o conceito fazendo as teorizações necessárias produzindo assim um conhecimento que pode ser significativo para a sua vida.

Sendo assim, é necessário garantir, em um trabalho que pretende colaborar com a Geografia, o desvelamento das contradições reais observadas no espaço. Os diferentes paradoxos observados durante a pandemia do novo coronavírus podem parecer, numa leitura superficial, originados somente a partir de uma leitura exclusiva da mundialização da doença, porém, as implicações e desdobramentos observados até aqui, em especial no Brasil, nos garantem afirmar que suas antíteses já estavam presentes no espaço, acarretando impactos junto às populações mais carentes, principalmente as localizadas em territórios periféricos do capitalismo mundial. A contradição concreta, necessária de ser aprofundada, a fim de garantir uma maior proximidade com o real e, portanto, vir a se tornar um conteúdo que dialogue com a realidade do alunado é a que se refere ao modo de

produção do capitalista e suas implicações, posto que, como Fontes (2020, p.10) explicita, anseia por garantir, junto aos Estados, a subordinação completa da sociedade pelo capital. O que de forma factual irá impactar a vida de todas as pessoas, inclusive dos estudantes de Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho apresentado pretendi demonstrar que as desigualdades observadas durante o período pandêmico estavam já em curso na sociedade, mundial e brasileira. Ao demitir 120 professores de cursos a distância, para substituí-los por inteligência artificial⁷, o grupo empresarial Laureate não o fazia por causa da “crise” do novo coronavírus, a demissão destes trabalhadores estava associada às novas possibilidades de se garantir maiores lucros através do emprego de tecnologias utilizadas pela iniciativa privada na área de educação.

A crise atual pode, em uma leitura simplista, parecer ser responsável pelas desigualdades observadas durante este período, porém, ela está presente em um quadro muito maior, o de precarização dos serviços sociais ao redor do mundo, em especial nos países periféricos do capitalismo mundial.

Neste contexto, de crise epidemiológica, a solução mais eficaz, o confinamento de parte da população também demonstra contradições já explicitadas anteriormente, e no que concerne à educação, a modalidade de Ensino a Distância foi proposta como uma solução a fim de remediar os danos causados pelas interrupções dos trabalhos nas instituições de ensino, porém, ela mesma, conforme tentamos mostrar, se configura em contradição, posto o acesso desigual aos instrumentos tecnológicos e à internet. Esta opção também se configura como mais um instrumento de ampliação do modo de produção capitalista e, não por acaso, foi preconizada como solução por importantes atores econômicos do mercado mundial.

Por causa da realidade do Brasil, país fortemente marcado pelo patriarcado e pelo

colonialismo, estas soluções poderão alargar ainda mais a desigualdades presentes na sociedade, pois como cita Santos (2020, p. 11), onde existir capitalismo, irá existir patriarcado e colonialismo.

Os desdobramentos deste momento ainda serão estudados e aprofundados, algumas pessoas acreditam que talvez possamos alcançar maiores níveis de consciência enquanto sociedade, entretanto, acredito que as fissuras expostas poderão ainda se tornar mais latentes, já que me parece natural que o cenário pós-covid aponta para um novo ajuste fiscal, já que o “mercado”, muito provavelmente, deverá repassar, novamente, esta conta para a sociedade, implementando, em larga escala, soluções privadas para o enfrentamento da recessão que se avizinha.

Finalmente, acredito ser profícuo o aprofundamento desta realidade a partir dos instrumentais de Geografia, dado seu inevitável diálogo com a realidade concreta que se expressa na produção/reprodução do espaço.

NOTAS

¹ O Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) é um órgão da Universidade Federal Fluminense (UFF) ligado à Pró-reitoria de Extensão (PROEX). A equipe é formada por professores, técnicos e estudantes de diversas áreas de conhecimento, tais como Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Comunicação, Direito e Serviço Social. De maneira interdisciplinar, visa integrar e complementar os conhecimentos e experiências da academia pelo contato com a população envolvida. O trabalho desenvolvido pelo núcleo começou em fins de 1982, quando foi criada a Equipe de Projetos Comunitários, institucionalizada em 1986 como NEPHU. Disponível em: <<http://nephu.sites.uff.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

² Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/t/videos/v/barroso-pandemia-mostrou-que-sus-e-talvez-o-maior-programa-de-inclusao-social-do-mundo/8528190/>>. Acesso em: 20 maio 2020.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Valente and BASTOS, Nádia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo. *Katálisis* [online], v. 15, n. 1, p. 84-94, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100009>>.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227247, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

³ O Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX) da Faculdade de Educação da UFRJ e de seu Programa de Pós-Graduação em Educação é constituído por docentes e estudantes da instituição e, também, de outras áreas de conhecimento e Programas de Pós-Graduação. O Coletivo tem como objetivo analisar as políticas educacionais e as relações entre trabalho e educação, Estado e movimentos sociais, tendo em vista a questão social no Brasil e nos demais países latino-americanos tendo como referência a teoria social crítica do capitalismo, iniciada por Marx e Engels e trilhada por outros intelectuais marxistas, entre eles, Antonio Gramsci e Florestan Fernandes. O COLEMARX é um coletivo aglutinador de pesquisas e estudos marxistas abordando distintas dimensões da questão social. Entre suas principais preocupações teóricas, vem se dedicando à reflexão sistemática da teoria e do método. Entre os seus interesses de estudo o COLEMARX tem investigado os seguintes eixos temáticos: 1) empresariamento da educação pública; 2) trabalho e formação docente; 3) educação popular e movimentos sociais; 4) financeirização da educação. Disponível em: <<http://www.colemarx.com.br/apresentacao-colemarx/>>. Acesso em: 21 maio 2020.

⁴ O CGI – Comitê Gestor da Internet é um organismo criado pelo ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, “tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível **BR**”. Sua atual equipe foi estabelecida por meio do Decreto Nº 4.829 no dia 3 de setembro de 2003, validado pelo Presidência da República, e composta por 9 representantes do setor governamental, 4 do setor empresarial, 4 do terceiro setor, 3 da comunidade científica e tecnológica e 1 representante de notório saber em assuntos de Internet. Além das atribuições descritas acima, este comitê tem a função de promotor, ou seja, ele propõe pesquisas e certificará procedimentos relacionados à segurança da Internet. Disponível em: <<https://cgi.br/sobre/#:~:text=O%20Comit%C3%AA%20Gestor%20da%20Internet,ao%20Dom%C3%ADnio%20de%20Primeiro%20N%C3%ADvel%20%22>>. Acesso em: 21 maio 2020.

⁵ Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/dso/>>. 21 maio 2020.

⁶ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 21 maio 2020.

⁷ Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-ead/>>. Acesso em: 21 maio 2020.

CALLAI, H. C.; MORAES, M. M. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial, p. 82-100, 2017. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/4771/2416>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

COLEMARX (Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação). **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social** – Por que os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2020.

FONTES, Virgínia. Entrevista com Virgínia Fontes: coronavírus e a crise do capital. **ANDES-SN**, 23 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.adufsj.org.br/noticia/171/entrevista-com-virginia-fontes-coronavirus-e-a-crise-do-capital>>. Acesso em: 20 maio 2020.

HAESBAERT, Rogério **Desterritorialização sem limites: reflexões geográficas em tempos de pandemia** (I). Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/site/2020/rogerio-haesbaert-desterritorializacao-sem-limites-reflexoes-geograficas-em-tempos-de-pandemia-i/>>. Acesso em: 18 maio 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEHER, Roberto. Em virtude da pandemia é necessário discutir o planejamento do sistema educacional: Parecer do CNE sobre atividades escolares desconsidera as consequências da pandemia e da crise econômica. **Carta Maior**, 4 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Em-virtude-da-pandemia-e-necessario-discutir-o-planejamento-do-sistema-educacional/54/47389#_ftn6>. Acesso em: 21 maio 2020.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora de lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A Cidade do pensamento Único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020. 32p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
SOUSA, Daniel Mendes M. de. As possibilidades do Presente. In: BELLO, Enzo; KELLER, Rene José (Org.). **Curso de direito à cidade: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.